



José Paulo Lacerda/AE

Mercadante e Delfim concordam: governo deve gerenciar melhor o setor público.

DEPUTADOS: POUCO A FAZER.

Economistas da Câmara concluem que solução depende do governo

O Congresso não tem muito a ajudar no ajuste fiscal pretendido pelo governo ainda neste ano, a não ser em poucos aspectos específicos. O ajuste estrutural do setor público, no que depender de legislação, só deve ocorrer na revisão constitucional prevista para o final de 1993. A conclusão é de seis deputados economistas que ontem discutiram a crise econômica — e o que o Congresso pode fazer para ajudar a resolvê-la — durante almoço na casa do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

“A administração da crise é absolutamente inafastável do Executivo”, disse Ibsen. Mas o Congresso também pode oferecer sua contribuição, aprovando leis que ajudem o Executivo a gover-

nar, como as leis de concessão de serviços públicos e de desregulamentação dos portos.

Participaram do almoço os deputados Delfim Neto (PDS-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ), José Serra (PSDB-SP), Aloízio Mercadante (PT-SP), Carrion Júnior (PDT-RS) e César Maia (PMDB-RJ), além dos líderes das duas maiores bancadas da Câmara: Luís Eduardo Magalhães (BA), do bloco governista, e Genivaldo Correia (BA), do PMDB. A conclusão dos economistas é a de que o governo deve melhorar o gerenciamento do setor público.

De acordo com cálculos de César Maia, nos últimos dois anos o governo deixou de arrecadar cerca de US\$ 12 bilhões, para uma

receita anual de US\$ 28 bilhões. Problemas como o do Finsocial, a mudança na fórmula de cálculo dos juros do BTN e o aumento dos limites de isenção do Imposto de Renda, feitos ainda pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, provocaram a queda na arrecadação.

Ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Receita Federal, Dornelles lembrou que o atual governo transformou a Secretaria de Receita Federal “no maior departamento do mundo”, burocratizando-a, ao mesmo tempo em que demitiu 2 mil fiscais. “Há uma crise gerencial no Poder Executivo, que não consegue administrar a União”, disse Dornelles. Na sua opinião é preciso haver uma reforma do Estado.